

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 28/05/2014 - Edição 1048

Vigilantes terceirizados da Furg (RS) manifestam-se na Câmara



Segundo a Furg, empresa contratada não estaria repassando pagamento aos funcionários

No começo da tarde desta terça (27), dezenas de vigilantes contratados pela Montecastelo, terceirizados da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), foram até a Câmara de Vereadores em manifesto pelo não recebimento de pagamentos de salário e benefícios como vale-alimentação e vale-transporte. Conforme os manifestantes já fazem alguns meses que os pagamentos são efetuados com atrasos. Problemas com relação ao depósito de fundos de garantia também foram constatados pelos trabalhadores.

Em razão do protesto, a sessão na Câmara ficou suspensa por horas. Por volta das 17h30min, os pró-reitores de Planejamento e de Infraestrutura da Furg, Mozart Tavares e Marcos Antônio Satta Amarante foram ao

local prestar esclarecimentos. Eles chegaram acompanhados do prefeito universitário, Jaci Alfredo Carvalho Alves.

De acordo com Amarante, a Furg contratou a empresa Montecastelo há um ano e meio. Segundo ele, no primeiro ano do contrato não foram constatados problemas, no entanto, confirmou que, de uns meses para cá, a empresa tem atrasado os pagamentos dos funcionários. “A Furg tem fiscalizado e notificado a empresa”, afirmou. Ele também disse que a Furg está em dia com relação ao repasse para a empresa e já convocou um representante legal da Montecastelo para uma reunião, no dia 5 de junho, para esclarecer o problema. Conforme Amarante, dependendo da posição apresentada

pela empresa, o contrato (vigente por cinco anos) poderá ser rescindido.

Em caso de haver a rescisão do contrato, Mozart acrescentou que a Furg terá que fazer uma contratação emergencial para os serviços de segurança e para salvaguardar os trabalhadores, disse que é uma prática da Universidade, em situações semelhantes, sugerir à próxima empresa contratada que admita trabalhadores que já fazem parte do dia a dia da Universidade. Ele afirmou que não existe uma garantia de que a nova empresa realize as contratações, mas disse que é uma indicação que a Universidade costuma fazer e normalmente as empresas contratam.

Independente de haver ou não rescisão do contrato, Mozart informou que, até o próximo dia cinco, a Furg fará o pagamento (do que seria repassado à empresa) em juízo, para que os trabalhadores recebam os pagamentos devidos. “Tudo o que estiver ao alcance da Universidade será feito para que essas pessoas recebam os seus vencimentos”, destacou o pró-reitor. A Montecastelo não se manifestou. Diante dos fatos, os trabalhadores decidiram aguardar o desfecho da reunião marcada para o dia 5. Uma paralisação da categoria não está descartada.

Fonte: Jornal Agora

UFJF (MG) conta com nova empresa para vigilância armada no Campus

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) conta com uma nova empresa para realizar os serviços de vigilância armada no campus. O resultado da contratação foi divulgado no Diário Oficial da União nesta segunda-feira (26), e a companhia responsável é a Plantão Serviços de Vigilância LTDA. Nesta quarta-feira (28), a instituição deverá ter o resultado de outros quatro contratos: conservação e limpeza, vigilantes não armados, apoio administrativo ao Museu de Arte Murilo Mendes e aos demais setores. A empresa que fazia o trabalho terceirizado na UFJF decretou falência no último dia 12 e, com isso, os funcionários ficaram sem receber. Nesta terça-feira (27), está previsto o pagamento de parte dos ex-funcionários que prestava serviço à instituição.

O repasse será feito por ordem bancária de pagamento para 73 trabalhadores. Em Juiz de Fora, são 630 funcionários da empresa com sede em Belo Horizonte. Destes, 463 trabalham na instituição. A universidade cancelou os contratos para que novas contratações em caráter emergencial possam ser realizadas.

Após o anúncio de falência, os funcionários protestaram no dia 13 e interditaram um dos portões de entrada para a UFJF e queimaram os uniformes de trabalho. Os salários e os benefícios de transporte e alimentação ficaram atrasados por um mês. Os servidores paralisam as atividades. A UFJF enfrentou problemas de higiene e logística e as aulas chegaram a ser suspensas em algumas unidades acadêmicas no dia 15.

Fonte: G1

Cesta básica dos trabalhadores da Focus Vigilância passará a ser entregue na Aliança Distribuidora

O Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais informa aos trabalhadores da Focus Vigilância que, a partir do dia 6 de junho – quinto dia útil do mês – as cestas básicas passarão a ser entregues na Aliança Distribuidora (Avenida dos Andradas, 470, Centro).

A distribuição é feita de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, e aos sábados, das 8h às 12h.

A mudança, definida em reunião entre o Sindicato e a Focus, visa facilitar a vida dos trabalhadores, que terão a cesta básica à disposição na área central da Capital.

Fonte: O Vigilante

PEC da Defensoria vai permitir acesso dos mais pobres à Justiça

O Senado aprovou, esta semana, a PEC das Defensorias, que fixa prazo de oito anos para que a União e os estados dotem todas as comarcas de defensores públicos. “Isso é uma vitória do povo mais humilde que necessita do acesso à Justiça e ao serviço desses profissionais de forma gratuita”, comemorou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que neste ano teve projeto de sua autoria, já promulgada, garantindo autonomia administrativa e financeira aos defensores públicos.

A proposta também amplia a definição de Defensoria Pública na Constituição, classificando-a como instituição permanente e instrumento do regime democrático. Além da orientação jurídica, fica especificado que cabe à defensoria a promoção dos direitos humanos. Quanto à defesa dos necessitados, o texto da PEC deixa claro que ela abrange os direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, seja na via judicial ou extrajudicial.

A PEC, que será promulgada pelo Congresso Nacional, determina também que o número de defensores deverá ser proporcional à demanda efetiva pelo serviço e à respectiva população abrangida.

Durante o prazo de oito anos, os defensores deverão trabalhar, prioritariamente, nas regiões com maiores índices de exclusão social e de grande concentração de habitantes.

Sem funcionamento pleno

A Defensoria Pública foi prevista na Constituição de 1988, como forma de assegurar a todos os necessitados o acesso à Justiça. Cabe ao defensor orientar o cidadão, de forma gratuita, em questões e processos judiciais. Apesar de a Constituição ter sido promulgada há 20 anos, a instituição da Defensoria Pública ainda não funciona plenamente no país.

Estudo elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), chamado Mapa da Defensoria Pública no Brasil, mostrou que apenas 59% dos cargos de defensor público estão providos, cobrindo 28% das comarcas brasileiras, e que somente 38% dos cargos de defensor público federal estão ocupados, atendendo a só 22% das seções judiciárias.

Fonte: Agência Senado

Senado aprova PEC do Trabalho Escravo



O plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (27), por unanimidade, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Trabalho Escravo, que determina a expropriação de imóveis urbanos e rurais onde seja constatada a exploração de trabalho análogo à escravidão.

Dessa forma, as propriedades em que esse tipo de crime for registrado poderão ser tomadas pelo poder público sem nenhum tipo de indenização aos donos e destinadas a programas de reforma agrária e habitação popular. Atualmente, já existe a previsão legal para expropriação de propriedades

apenas no caso de produção de substâncias psicotrópicas.

No entanto, a PEC ainda não terá efeito prático porque, durante a votação, os senadores incluíram uma emenda que submete a regulamentação dela a uma lei complementar. A emenda determina que a expropriação será feita “na forma da lei”. Atualmente, um projeto de lei sobre o assunto já está tramitando na Casa, mas ainda não há previsão de votação.

Mesmo assim, a ministra de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, comemorou a aprovação da PEC. Ela passou o dia no Senado articulando a votação da proposta e disse que ela

será agora apresentada na convenção internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que acontecerá na próxima semana.

“Levar essa aprovação para a conferência da OIT é uma sinalização importante do Brasil sobre esse assunto, equivale ao que foi a aprovação do Marco Civil da Internet. Nós vamos ser o primeiro país a ter na sua Constituição a possibilidade de expropriação de bens onde seja encontrado trabalho escravo”, disse a ministra.

A promulgação da PEC será feita em sessão solene na quinta-feira (5) da próxima semana. O texto foi aprovado com 59 votos favoráveis no primeiro turno e 60 votos favoráveis no segundo turno, sem abstenções nem votos contrários.

Fonte: Agência Senado



Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Apoio: Jacqueline Barbosa
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF